

Dados
de Mercado

 **IMPULSIONA**
SEBRAE

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

Fevereiro - 2025

 **SEBRAE**

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores



Diferentes Setores da
Economia



Cenário de
oportunidades para o
desenvolvimento



Curto, médio e
longo prazo



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores



Diferentes setores da economia

A pejotização tem alterado significativamente as dinâmicas do mercado, especialmente para micro e pequenos empreendedores. A flexibilização das relações de trabalho permite a redução de custos e maior agilidade na contratação de profissionais especializados, mas também impõe desafios como insegurança jurídica e instabilidade financeira. Setores como tecnologia, saúde e educação têm sido os mais impactados, com mudanças na forma como empresas estruturam suas equipes e nos modelos de prestação de serviços adotados. Para os pequenos negócios, adaptar-se a esse cenário requer planejamento estratégico e uma compreensão aprofundada das implicações dessa prática.



Cenário de oportunidades para o desenvolvimento

A pejotização pode ser uma alternativa vantajosa para profissionais que buscam mais autonomia e potencial de ganhos, mas exige um planejamento sólido. A necessidade de gerenciar impostos, previdência e contratos faz com que muitos autônomos enfrentem dificuldades para manter a sustentabilidade do negócio no longo prazo. Ao mesmo tempo, empresas que contratam PJs podem usar esse modelo para aumentar a eficiência operacional, desde que adotem boas práticas que garantam segurança jurídica e relações de trabalho equilibradas. O sucesso nessa nova realidade depende do entendimento das responsabilidades envolvidas e da busca por soluções que ofereçam mais previsibilidade financeira e proteção social.



Curto, médio e longo prazo

No curto prazo, a pejotização continuará crescendo como estratégia de redução de custos para empresas e como alternativa de trabalho para profissionais autônomos. O impacto será sentido especialmente nos pequenos negócios, que precisarão avaliar cuidadosamente os riscos e benefícios desse modelo. No médio prazo, a tendência é que haja uma maior regulamentação sobre o tema, exigindo das empresas maior transparência na contratação e dos profissionais PJ um planejamento financeiro mais robusto. A adaptação a esse novo cenário será determinante para garantir a sustentabilidade e o crescimento dos negócios em um ambiente cada vez mais dinâmico e competitivo.

Sumário

- 01 [O Crescimento da Pejotização no Brasil](#)
- 02 [Aspectos Jurídicos e Fiscais](#)
- 03 [Benefícios e Desafios para Empreendedores e Empresas](#)
- 04 [Precarização do Trabalho e Direitos Trabalhistas](#)
- 05 [Segurança Social](#)
- 06 [Previdência](#)
- 07 [Setores Mais Afetados e Impactos na Economia](#)
- 08 [O que eu posso fazer diante disso?](#)



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

1 O Crescimento da Pejotização no Brasil

A pejotização é um fenômeno que tem ganhado cada vez mais espaço no mercado de trabalho brasileiro, especialmente após mudanças na legislação trabalhista. O termo se refere à **prática de contratar um profissional como Pessoa Jurídica (PJ), em vez de registrá-lo como empregado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Na prática, isso significa que, ao invés de firmar um contrato empregatício tradicional, a empresa exige que o trabalhador abra um CNPJ e preste serviços como se fosse uma empresa, emitindo notas fiscais para receber sua remuneração. **O problema surge quando essa relação de trabalho apresenta características típicas de um vínculo empregatício, mas sem o reconhecimento formal de direitos trabalhistas.**

A contratação de um prestador de serviço como PJ, por si só, não configura pejotização. Muitos profissionais autônomos ou especialistas em determinadas áreas optam por atuar dessa forma, de maneira legítima, porque há vantagens tributárias e maior flexibilidade na negociação de contratos. Nessas situações, o trabalhador tem autonomia para decidir como, quando e onde realizará suas atividades, pode atender diversos clientes ao mesmo tempo e não está subordinado diretamente a um empregador. **O que caracteriza a pejotização, no entanto, é o uso desse modelo de contratação para mascarar uma relação de emprego que deveria estar enquadrada na CLT.** Esse fenômeno tem se expandido rapidamente no Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), realizada pelo IBGE, somente em 2022, até o momento do levantamento dos dados, **2,2 milhões de trabalhadores foram contratados como PJ, representando um aumento de 20,8%.**

Quantidade de CNPJs

Forma de Tributação	2021		2022	
SIMPLES - MEI	9.300.677	58,22%	9.429.910	56,99%
SIMPLES	5.173.808	32,38%	5.560.208	33,60%
LUCRO PRESUMIDO	1.033.331	6,47%	1.073.054	6,48%
IMUNES/ISENTAS DO IRPJ	262.652	1,64%	263.489	1,59%
LUCRO REAL	204.991	1,28%	220.393	1,33%
LUCRO ARBITRADO	755	0%	790	0%
Totais:	15.976.214	100%	16.547.844	100%

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

1 O Crescimento da Pejotização no Brasil

A pejotização pode ser identificada quando há elementos que indicam um vínculo empregatício disfarçado. Se um profissional é obrigado a seguir ordens da empresa de maneira semelhante a um funcionário, recebe **pagamentos regulares sem autonomia sobre seu próprio trabalho, tem horário fixo, não pode se afastar ou ser substituído sem autorização e depende economicamente de um único contratante**, isso pode ser um indício de que a relação contratual está sendo utilizada para evitar o cumprimento da legislação trabalhista. A análise dessa situação não depende apenas da forma como o contrato é redigido, mas da **realidade prática do dia a dia do trabalhador**.

Razões para a ocorrência da pejotização

As razões que levam empresas a recorrerem à pejotização estão principalmente relacionadas à **redução de custos e à flexibilização das contratações**. O modelo CLT impõe encargos como **FGTS, INSS, férias remuneradas e 13º salário, o que aumenta significativamente o custo de manter um funcionário registrado**. Ao contratar um trabalhador como PJ, a empresa deixa de **arcar com essas despesas**, tornando a relação **financeiramente mais vantajosa** para ela. Além disso, o modelo PJ permite que as organizações façam **ajustes mais rápidos na equipe**, uma vez que a legislação trabalhista brasileira impõe regras rígidas para **demissões e rescisões contratuais**. No entanto, ao adotar essa prática de forma indevida, a empresa pode estar cometendo uma fraude trabalhista, sujeitando-se a processos judiciais e a penalidades legais.

Proporção de MEIs que atuam na própria residência, segundo as seções de CNAE 2.0 – Brasil 2022

Seções CNAE 2.0	Atua na residência (%)	Participação no total de MEI (%)
J Informação e comunicação	48,3	2,2
P Educação	47,8	4,8
H Transporte, armazenagem e correio	45,2	10,0
R Artes, cultura, esporte e recreação	44,4	0,9
N Atividades administrativas e serviços complementares	44,4	6,6
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	42,6	5,6
Q Saúde humana e serviços sociais	41,4	1,1
C Indústrias de transformação	41,2	11,1
T Serviços domésticos	40,2	1,9
F Construção	38,6	9,5
Total	38,0	100,0
S Outras atividades de serviços	35,4	11,2
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	34,1	25,3
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	32,6	0,3
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	32,6	0,3
I Alojamento e alimentação	31,0	9,2
B Indústrias extrativas	10,2	0,0

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

2 Aspectos Jurídicos e Fiscais

A pejotização tem sido cada vez mais utilizada como uma estratégia para contornar obrigações tributárias e trabalhistas. No entanto, essa prática representa uma séria violação das leis brasileiras, tanto do ponto de vista tributário quanto trabalhista, implicando em consequências jurídicas graves para as partes envolvidas.

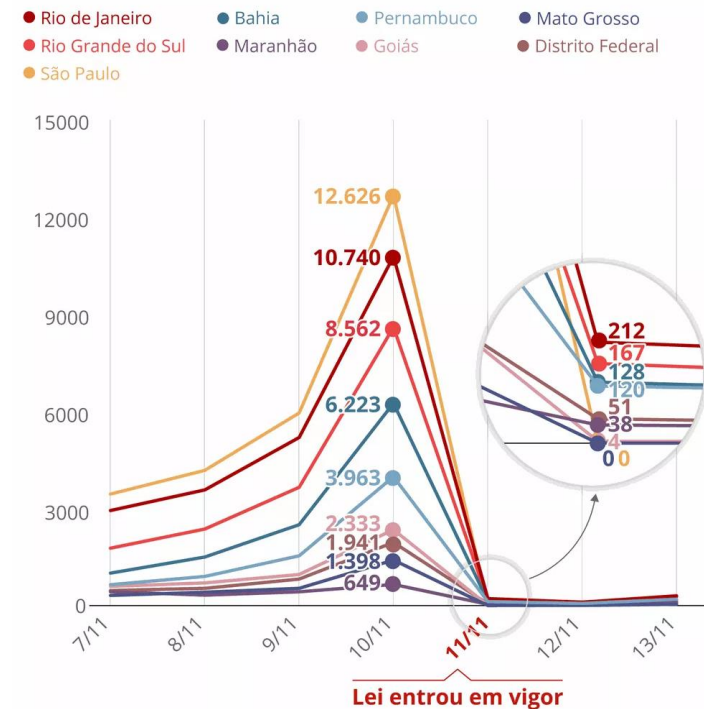
Princípios do Direito do Trabalho

No Direito do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) adota o **princípio da primazia da realidade, segundo o qual a verdade dos fatos deve prevalecer sobre a forma**. Isso significa que a relação de emprego, em que estão presentes elementos como **subordinação, pessoalidade, habitualidade e onerosidade**, deve ser reconhecida independentemente de como o contrato foi formalizado.

Esse princípio é frequentemente desrespeitado na pejotização, pois a intenção é simular uma prestação de serviços entre pessoas jurídicas para encobrir um vínculo empregatício real. A relação de trabalho, na prática, permanece a mesma, mas a sua formalização é alterada para obter benefícios fiscais e tributários indevidos. A CLT, em seu artigo 9º, **também declara nulos os atos que tenham como objetivo desvirtuar ou fraudar seus preceitos**.

Ações Trabalhistas

Número de processos ajuizados em varas do trabalho antes e depois da nova lei



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

2 Aspectos Jurídicos e Fiscais

Implicações Fiscais

Do ponto de vista fiscal, a pejotização configura uma **fraude tributária** ao permitir que o empregador e o trabalhador se **exonerem de obrigações fiscais e contribuições previdenciárias**. Ao substituir um vínculo empregatício formal por um contrato de prestação de serviços via pessoa jurídica, busca-se **reduzir impostos, como o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que incide sobre salários, e a contribuição para a Previdência Social**, que é devida nas relações empregatícias.

A utilização de uma pessoa jurídica, em vez de uma pessoa física, para o recebimento de remuneração representa uma **redução indevida de tributos**, já que as pessoas jurídicas **pagam menos impostos em comparação com os trabalhadores contratados diretamente**, em especial em relação ao **Imposto de Renda e à contribuição previdenciária**. Isso resulta em **perdas significativas para os cofres públicos**.

Multa Qualificada

Em termos fiscais, o uso de práticas como a pejotização pode **implicar na aplicação de uma multa qualificada**. A Lei 9.430/96, no artigo 44, estabelece que, nos casos de **lançamento de ofício por fraude ou sonegação, a multa será de 75% sobre a diferença de tributos devidos. O percentual pode ser duplicado para 150%** quando houver elementos que caracterizem **sonegação, fraude ou conluio**, conforme os artigos 71 a 73 da Lei 4.502/64. Esses artigos tipificam como sonegação qualquer ação ou omissão dolosa que visa impedir ou retardar o reconhecimento de uma obrigação tributária, e a pejotização se enquadra nesse conceito.

O que mais vale a pena: ser contratado ou ser pessoa jurídica?

Calcule o seu salário final na modalidade CLT e PJ

CLT R\$ 6000,00 PJ R\$ 6000,00 Serviços ? Lucro simples Lucro presumido

DESCONTOS	CLT	PJ
INSS: ?	R\$ 457,49	R\$ 0,00
IRPF: ? (Imposto de Renda Pessoa Física)	R\$ 698,04	--
Tributações e Contribuições: ?	--	R\$ 360,00
Gasto mensal com contador: ?	--	R\$ 0,00
Outros descontos: ? (Mensal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SUBTOTAL	R\$ 1155,53	R\$ 360,00
BENEFÍCIOS	CLT	PJ
FGTS: ? (8%)	R\$ 480,00	--
13º salário: ?	R\$ 403,71	R\$ 0,00
Férias: ?	R\$ 562,66	R\$ 0,00
Assistência médica: ?	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vale-transporte: ? (Mensal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vale-refeição/alimentação: ? (Mensal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros benefícios: ? (Mensal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SUBTOTAL	R\$ 1446,37	R\$ 0,00

Limpar tudo Calcular tudo

RESULTADOS	CLT	PJ
O quanto vai para o bolso no mês:	R\$ 4844,47	R\$ 5640,00
O quanto é o seu salário real:	R\$ 6290,84	R\$ 5640,00
Rendimento total por ano:	R\$ 75490,07	R\$ 67680,00

Fonte: [CONTRATO PJ](#)

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

2 Aspectos Jurídicos e Fiscais

A Receita Federal, ao perceber que uma relação de emprego foi disfarçada como um contrato de prestação de serviços, pode qualificar a infração tributária, aplicando a multa em seu percentual máximo de 150%. Isso ocorre porque a **pejotização oculta o fato gerador de impostos e contribuições, desviando a atenção da pessoa física para a pessoa jurídica, e dificultando a fiscalização de tributos relacionados à remuneração de empregados.**

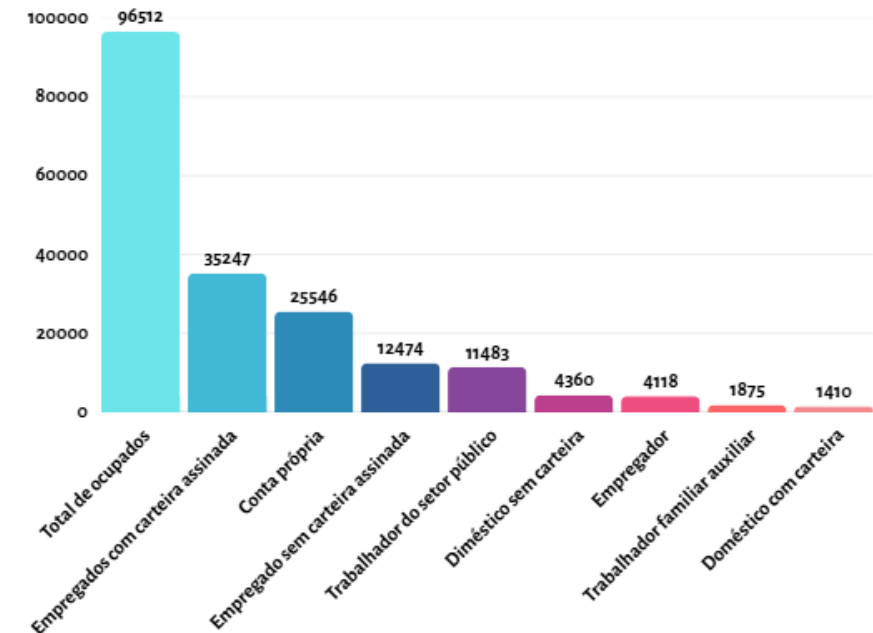
Representação Fiscal para Fins Criminais

Além das consequências tributárias, a prática de pejotização também pode ensejar a formalização de uma Representação Fiscal para Fins Penais, conforme o artigo 1º da Lei 8.137/90. Essa lei tipifica crimes contra a ordem tributária, como a omissão ou falsificação de informações fiscais. **Nesse caso, os envolvidos na pejotização podem ser processados criminalmente, com penas que incluem prisão, multa e outras sanções.**

Em suma, a pejotização não só coloca em risco os direitos dos trabalhadores, mas também pode gerar penalidades graves para os empregadores, que podem ser responsabilizados por fraudes fiscais e tributárias. O impacto dessas ações é considerável tanto no plano jurídico quanto no fiscal, refletindo-se na necessidade de se adotar uma postura ética e transparente nas relações de trabalho.

Como trabalham os brasileiros?

Número de trabalhadores no trimestre encerrado em abril, por tipo de ocupação em MILHARES



Fonte: [IBGE](#)

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

3 Benefícios e desafios para Empreendedores e Empresas

Benefícios e Desafios para Empreendedores e Empresas	Vantagens	Desvantagens
Empresa	Redução de custos: Menor carga tributária, já que não há encargos trabalhistas como FGTS, férias remuneradas e 13º salário. Flexibilidade: Maior facilidade para ajustar a força de trabalho conforme a demanda do mercado, sem rigidez da CLT. Maior controle financeiro: Empresas podem negociar diretamente os valores e condições de pagamento com prestadores de serviços, ajustando-se às suas necessidades. Agilidade na contratação e desligamento: O modelo PJ permite que as empresas façam contratações mais rápidas e desligamentos sem burocracia.	Risco de vínculo empregatício: A relação pode ser interpretada como vínculo CLT, gerando custos retroativos, multas e ações trabalhistas. Ambiente de trabalho precarizado: A falta de direitos trabalhistas pode levar à desmotivação e insatisfação dos prestadores de serviço. Responsabilidade jurídica: A adoção do modelo PJ pode resultar em processos trabalhistas e tributários caso a relação de trabalho seja questionada. Menor retenção de talentos: A ausência de benefícios pode fazer com que profissionais busquem empresas que ofereçam maior estabilidade e segurança.
Empreendedor	Autonomia e flexibilidade: Maior liberdade para definir horários, locais e condições de trabalho. Possibilidade de ganhos maiores: Dependendo da demanda e da especialização, um profissional PJ pode ter uma remuneração superior à de um trabalhador CLT. Tributação mais favorável: Dependendo do regime tributário adotado (MEI, Simples Nacional, etc.), pode haver uma redução significativa nos impostos pagos. Possibilidade de diversificação de clientes: Ao não estar preso a um único empregador, o profissional pode atuar para diversas empresas e ampliar sua rede de contatos.	Instabilidade financeira: A falta de benefícios como seguro-desemprego e férias remuneradas aumenta a vulnerabilidade econômica, especialmente em períodos de baixa demanda. Gestão tributária complexa: O profissional PJ precisa gerenciar seus impostos e obrigações fiscais, o que pode ser um desafio sem o devido planejamento. Ausência de benefícios sociais: Sem direitos como FGTS e seguro-desemprego, o profissional fica sem proteção em casos de doença, acidente ou aposentadoria. Insegurança previdenciária: Com contribuições menores ao INSS ou falta de contribuição, a aposentadoria e outros benefícios podem ser reduzidos ou inacessíveis. Dificuldade de acesso a crédito e benefícios bancários: Sem vínculo formal e comprovante de renda fixa, pode ser mais difícil obter crédito, financiamentos ou empréstimos bancários.

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

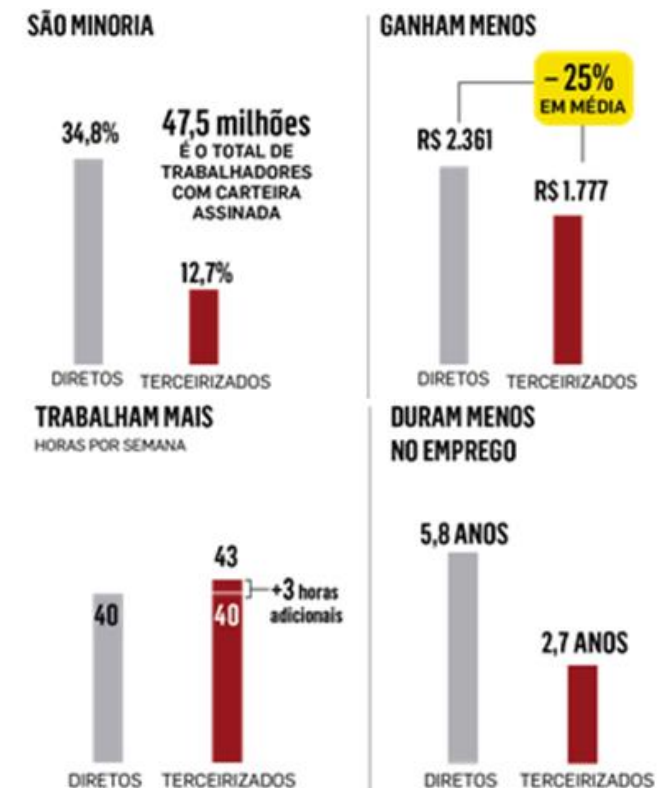
4 Precarização do Trabalho e Direitos Trabalhistas

A pejotização tem causado impactos significativos na proteção dos direitos trabalhistas, levando à perda de benefícios garantidos pela CLT. Muitos trabalhadores são pressionados a **abrir um CNPJ para continuar exercendo as mesmas funções que desempenhavam como empregados, sem qualquer mudança real na sua rotina de trabalho**. Essa imposição por parte das empresas reduz custos trabalhistas e previdenciários, mas transfere para o trabalhador **todas as responsabilidades financeiras e riscos da atividade**.

Do ponto de vista legal, a Justiça do Trabalho tem reconhecido essa prática como uma fraude em muitos casos, uma vez que ela disfarça uma relação de emprego real. Além disso, a pejotização **enfraquece a seguridade social**, pois reduz a arrecadação previdenciária, impactando diretamente **a sustentabilidade do INSS e a oferta de benefícios como aposentadoria e auxílio-doença**. Com a ausência de contribuições regulares e a falta de vínculo empregatício formal, os trabalhadores ficam **desprotegidos em situações de doença, acidentes de trabalho e desemprego**.

Outro efeito negativo é a precarização do ambiente de trabalho. Sem a proteção da CLT, os **trabalhadores não têm acesso a férias remuneradas, FGTS, seguro-desemprego, adicional por insalubridade ou periculosidade**, e outros direitos que garantem maior segurança e estabilidade. Além disso, a pejotização **intensifica a desigualdade dentro das empresas**, pois pode haver trabalhadores desempenhando funções idênticas, mas recebendo remunerações diferentes e com direitos desiguais.

Perfil do trabalhador terceirizado hoje



Fonte: [PORTO GENTE](#)

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

4 Precarização do Trabalho e Direitos Trabalhistas

A ausência de sindicatos e de acordos coletivos também dificulta a negociação de melhores condições de trabalho, já que os profissionais pejotizados **não são representados por entidades de classe**. Dessa forma, há uma fragmentação da solidariedade entre os trabalhadores, **aumentando a vulnerabilidade da categoria**.

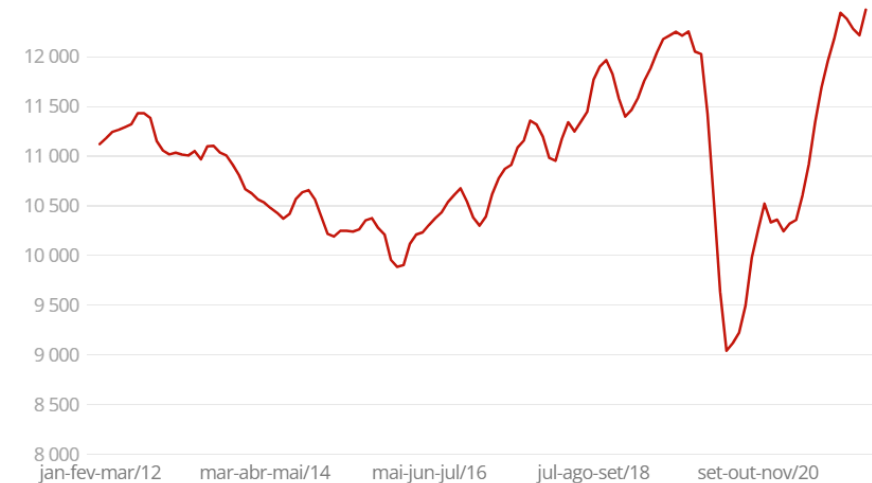
Para além dos impactos individuais, essa prática também **afeta empresas que seguem a legislação, gerando concorrência desleal**. Empresas que utilizam a pejotização ilegalmente conseguem reduzir seus custos operacionais de maneira artificial, **aumentando seus lucros às custas da sonegação de impostos e da retirada de direitos trabalhistas**. Essa desigualdade **prejudica a competitividade do mercado** e pode levar à **deterioração geral das condições de trabalho** em determinados setores.

Diante desse cenário, é essencial compreender os desafios e as consequências da pejotização para trabalhadores e empresas. No próximo tópico, exploraremos os impactos da pejotização na seguridade social e na previdência, analisando como essa prática pode comprometer a aposentadoria e outros benefícios.

Empregados sem carteira assinada

Número de trabalhadores nessa condição é o maior da série da pesquisa

— Nº trabalhadores



Fonte: [IBGE](#)

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

5 Segurança Social

A pejotização altera significativamente a forma como os trabalhadores acessam os benefícios da Segurança Social. No regime da CLT, a contribuição previdenciária é compartilhada entre empregador e empregado, garantindo uma proteção mais ampla. Já no caso de uma pessoa jurídica, a **responsabilidade pela contribuição é inteiramente sua**, o que pode levar a uma menor arrecadação e, conseqüentemente, **à perda ou redução de benefícios no futuro**.

Além disso, a pejotização compromete o acesso a direitos como **auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade**. Muitos profissionais, ao não contribuírem regularmente para o INSS, acabam ficando **desamparados em situações de incapacidade temporária ou permanente**. Outro ponto importante é que, em casos de **afastamento por doença ou acidente**, o trabalhador pejotizado **não recebe um salário garantido**, como ocorre no regime celetista, o que pode gerar insegurança financeira.

Outro fator relevante é que **a contribuição previdenciária de um trabalhador formal inclui a parte patronal**, que é de aproximadamente **20% sobre a folha de pagamento**. No caso da pejotização, **essa parcela não é paga, reduzindo a arrecadação do INSS e impactando o financiamento da Segurança Social**. Isso pode resultar em uma **sobrecarga para os trabalhadores** que seguem no regime tradicional e **comprometer a sustentabilidade do sistema previdenciário a longo prazo**.

Diante desses desafios, é fundamental que PJ tenham um planejamento financeiro sólido para evitar situações de vulnerabilidade social. Levando à questão previdenciária.

Arrecadação média por trabalhador em cada cenário – Valores em reais do quarto trimestre de 2023

	SIMPLES & MEI	SIMPLES & MEI COM IRPF	EMPREGADO EM EMPRESA DO SIMPLES NACIONAL	EMPREGADO EM EMPRESAS DO LUCRO REAL OU LUCRO PRESUMIDO
2012	1.067	4.792	23.935	37.407
2013	925	4.398	21.928	34.395
2014	1.193	4.425	23.790	37.367
2015	962	3.788	20.209	32.025
2016	1.080	3.763	20.579	32.562
2017	1.115	3.628	19.928	31.556
2018	1.267	3.894	19.817	31.348
2019	996	3.630	18.681	29.662
2020	1.015	3.570	18.045	28.692
2021	1.241	3.366	18.416	29.262
2022	1.617	3.982	20.747	32.638
2023	1.602	4.086	21.056	33.176

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

6 Previdência

A pejotização também tem impactos diretos na aposentadoria dos profissionais que atuam como pessoa jurídica. No regime CLT, o trabalhador contribui regularmente para o INSS, o que garante acesso à aposentadoria com valores baseados na média dos salários. Já no caso dos PJs, a **contribuição previdenciária é voluntária**, e muitos acabam optando por **alíquotas reduzidas para pagar menos impostos**, sem considerar os impactos futuros dessa decisão.

Ao aderir ao regime de Microempreendedor Individual (MEI) ou Simples Nacional, o trabalhador pode **contribuir com percentuais reduzidos**, o que afeta diretamente o valor da aposentadoria. Um empregado **CLT pode contribuir com até 14%** do seu salário para o INSS, enquanto um **MEI paga apenas 5% do salário mínimo**. Isso significa que, ao se **aposentar, o profissional pode receber apenas o piso previdenciário**, que muitas vezes não é suficiente para manter o mesmo padrão de vida.

Além disso, muitos profissionais pejotizados enfrentam **dificuldades para atingir o tempo mínimo de contribuição necessário para uma aposentadoria mais vantajosa**. Sem um planejamento adequado, podem acabar **dependendo exclusivamente do benefício mínimo da Previdência Social**, o que reduz sua **segurança financeira na terceira idade**.

Portanto, a pejotização exige que o trabalhador tenha um planejamento previdenciário estratégico, avaliando alternativas como contribuições complementares ao INSS ou planos de previdência privada. Dessa forma, é possível garantir uma renda mais estável no futuro e minimizar os riscos de desamparo na velhice.

Como o empresário deve contribuir ao INSS

Empresário que recebe pró labore	alíquota de 11% sobre o pró-labore.
Empresário que recebe dividendos	alíquota de 20% sobre o valor que recebeu no mês.
Empresário que presta serviços a empresas.	alíquota de 11% sobre o valor da nota fiscal.

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

7 Setores Mais Afetados e Impactos na Economia

A pejotização tem se expandido em diversos setores da economia brasileira, especialmente naqueles que demandam alta especialização e buscam flexibilidade nas relações de trabalho. Entre os setores mais afetados estão:

Tecnologia da Informação (TI)

Empresas de TI frequentemente contratam profissionais como pessoas jurídicas para projetos específicos, visando reduzir encargos trabalhistas e obter maior flexibilidade. Essa prática é comum devido à natureza dinâmica e projetizada do setor.

Saúde

Médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde são, por vezes, contratados como PJs por clínicas e hospitais, visando otimizar custos e flexibilizar escalas de trabalho.

Comunicação e Publicidade

Profissionais como jornalistas, publicitários e designers gráficos são frequentemente contratados como PJs, permitindo às empresas ajustarem suas equipes conforme a demanda de projetos e campanhas.

Consultoria

Consultores em diversas áreas, como gestão, finanças e recursos humanos, frequentemente operam como PJs, oferecendo serviços especializados por períodos determinados.

Engenharia e Arquitetura

Projetos específicos nessas áreas levam empresas a optarem pela contratação de engenheiros e arquitetos como pessoas jurídicas, ajustando a força de trabalho conforme a necessidade.

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

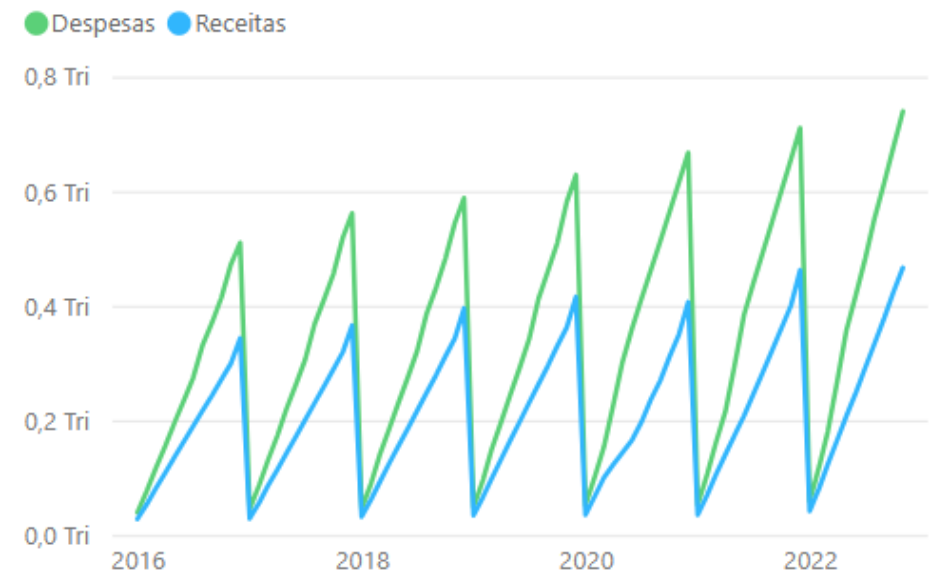
7 Setores Mais Afetados e Impactos na Economia

A pejotização gera impactos significativos na economia, influenciando tanto empresas quanto trabalhadores e o próprio governo. Inicialmente, **a redução de encargos trabalhistas e a flexibilização das contratações** podem gerar **concorrência desleal**, favorecendo empresas que reduzem custos trabalhistas em detrimento das que seguem as regras formais, o que **desestabiliza o mercado e desvaloriza as relações de trabalho**. Esse modelo também pode estimular a **atividade empreendedora, ao incentivar profissionais a prestarem serviços de forma autônoma e diversificada**. No entanto, os desafios dessa prática são expressivos e podem comprometer a sustentabilidade econômica no longo prazo.

A perda de direitos trabalhistas compromete a segurança financeira dos trabalhadores, aumentando a instabilidade e a vulnerabilidade econômica de muitas famílias. Sem garantias como férias remuneradas, 13º salário e seguro-desemprego, **o consumo tende a se tornar mais cauteloso**, impactando diretamente setores que **dependem da renda disponível dos trabalhadores**. Além disso, **a redução na arrecadação previdenciária** gera um **efeito negativo sobre as contas públicas**, pressionando o **sistema de seguridade social** e dificultando a manutenção de **benefícios essenciais para a população**.

Diante desse contexto, torna-se essencial buscar soluções que garantam a competitividade das empresas sem comprometer a proteção social dos trabalhadores.

Receitas orçamentárias e despesas liquidadas acumuladas no ano



RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Impactos da Pejotização de Micro e Pequenos Empreendedores

8 O que eu posso fazer diante disso?

Diante do crescimento da pejotização e de seus impactos no mercado de trabalho, tanto para profissionais que prestam serviços como PJ quanto para pequenas e médias empresas que adotam esse modelo, algumas ações podem ajudar a minimizar riscos, garantir segurança jurídica e tornar essa forma de contratação mais sustentável e vantajosa para todas as partes envolvidas. A seguir, apresentamos iniciativas estratégicas que podem ser aplicadas na prática.

Formalização e
Planejamento
Financeiro

Segurança Jurídica
e Transparência
nos Contratos

Contribuição
Previdenciária e
Planejamento de
Benefícios

Diversificação de
Clientes e
Oportunidades

Capacitação e
Valorização
Profissional

Formalização e Planejamento Financeiro

A formalização correta é essencial para profissionais PJ e empresas que contratam esse modelo. Para os trabalhadores, abrir um CNPJ no regime adequado evita problemas fiscais e garante direitos previdenciários. O **MEI** pode ser uma opção para quem **fatura até R\$ 81 mil anuais**, mas tem limitações. Para **valores maiores ou áreas não permitidas**, regimes como **Simples Nacional e Lucro Presumido são alternativas**. Contar com um **contador ajuda a manter a conformidade legal e evitar multas**.

Além da formalização, **o planejamento financeiro é crucial**. Sem salário fixo, o profissional deve construir uma **reserva de emergência e diversificar clientes** para reduzir riscos. **Separar finanças pessoais das empresariais**, usar **ferramentas de gestão financeira e definir um pró-labore** são práticas recomendadas para manter a organização e cumprir obrigações fiscais corretamente.

Para as empresas, contratar PJ reduz custos, mas exige cautela para evitar riscos trabalhistas. É essencial garantir que os contratos respeitem a legislação, evitando vínculos empregatícios disfarçados. **Exigir notas fiscais, estabelecer uma política de pagamentos clara e oferecer benefícios indiretos**, como acesso a previdência privada ou capacitação, podem tornar essa relação mais equilibrada e sustentável.



Segurança Jurídica e Transparência nos Contratos

Garantir segurança jurídica e transparência nos contratos é essencial para evitar conflitos e garantir relações profissionais equilibradas. Para os profissionais PJ, isso significa não apenas ter um **contrato formalizado**, mas também **compreender todos os seus termos**. O documento deve especificar claramente **prazos de pagamento, valores, escopo do serviço, possibilidade de reajustes e cláusulas de rescisão**. Evitar cláusulas abusivas, como **exigências de exclusividade e controle rígido de jornada**, é fundamental para não caracterizar um vínculo empregatício disfarçado. Para garantir proteção total, buscar a **orientação de um advogado antes de assinar o contrato** pode evitar problemas futuros, como **cobranças inesperadas, prazos desvantajosos** ou até mesmo **dificuldades para receber pelos serviços prestados**.

As empresas, por sua vez, devem estruturar contratos de forma que respeitem a legislação trabalhista e tributária, evitando riscos de autuações por fraudes na relação de trabalho. Isso significa redigir cláusulas que **não configurem subordinação direta**, garantindo que o prestador de serviço tenha **autonomia na execução de suas atividades**. Além disso, manter **transparência nas condições de trabalho, nos prazos de pagamento e nos critérios de renovação contratual** contribui para uma relação mais profissional e sustentável, reduzindo desgastes e fortalecendo a reputação da empresa no mercado.



Contribuição Previdenciária e Planejamento de Benefícios

A pejetização traz desafios significativos para a segurança financeira de profissionais que deixam de contar com benefícios previdenciários automáticos, como aposentadoria e auxílio-doença. Para mitigar esses riscos, é essencial que os profissionais PJ façam **contribuições voluntárias ao INSS**, garantindo o acesso a esses direitos no longo prazo. Além disso, **investir em previdência** privada pode ser uma estratégia complementar, proporcionando maior **estabilidade financeira para o futuro**. O planejamento deve considerar o impacto dessas contribuições no orçamento mensal e buscar opções que ofereçam o melhor equilíbrio entre custo e retorno.

As empresas que contratam PJs podem adotar medidas para tornar suas **ofertas mais competitivas e atrativas sem comprometer a segurança jurídica**. Oferecer incentivos como **planos de saúde subsidiados, bônus por desempenho ou acesso a cursos de capacitação** pode ajudar a fidelizar bons profissionais. Embora esses benefícios não configurem vínculo empregatício, eles demonstram preocupação com o **bem-estar e a qualificação da equipe**, fortalecendo a relação profissional e garantindo maior comprometimento dos prestadores de serviço.



Diversificação de Clientes e Oportunidades

A dependência de um único contratante pode transformar a flexibilidade da pejetização em um risco financeiro significativo para profissionais autônomos. Por isso, **diversificar a base de clientes** é essencial para garantir maior estabilidade e evitar imprevistos, como a rescisão repentina de um contrato. **Construir uma rede de contatos sólida, investir na prospecção ativa e buscar projetos variados** não só amplia as oportunidades de crescimento profissional, como também reduz a vulnerabilidade financeira. Além disso, **diversificar a atuação dentro do próprio mercado**, explorando diferentes nichos ou oferecendo serviços complementares, pode abrir novas fontes de receita e fortalecer a sustentabilidade do trabalho independente.

Para as empresas, adotar uma estrutura equilibrada de contratação é fundamental para garantir eficiência operacional sem gerar insegurança jurídica. **Ter uma combinação estratégica de funcionários CLT e prestadores de serviço PJ**, conforme as reais necessidades do negócio, permite maior flexibilidade sem que haja riscos de caracterização de vínculo empregatício disfarçado. Além disso, **diversificar os formatos de contratação** pode **otimizar custos**, ao mesmo tempo em que **fortalece o time com profissionais especializados em diferentes modelos de trabalho**. Esse equilíbrio possibilita uma operação mais ágil e segura, beneficiando tanto a empresa quanto os profissionais envolvidos.



Capacitação e Valorização Profissional

Ser uma pessoa jurídica pode representar uma oportunidade para profissionais que buscam mais autonomia e maior potencial de ganhos, mas isso exige um compromisso contínuo com o desenvolvimento de habilidades. O mercado valoriza aqueles que se mantêm **atualizados e especializados**, tornando essencial o investimento em **cursos, certificações e especializações**. Além de aprimorar a qualidade do trabalho, essa capacitação fortalece a posição do profissional PJ, ampliando suas chances de conquistar **melhores contratos e se destacar diante da concorrência**. **Manter-se informado sobre tendências do setor e novas tecnologias** também pode abrir portas para oportunidades mais vantajosas e diversificadas.

Para as empresas, **incentivar a capacitação dos** profissionais que prestam serviço pode trazer **retornos diretos**, como **maior qualidade no trabalho entregue e melhor alinhamento com as expectativas do negócio**. Algumas organizações adotam políticas de apoio ao desenvolvimento dos PJs com quem trabalham, oferecendo acesso **a treinamentos, subsídios para cursos ou parcerias com instituições de ensino**. Embora esses incentivos não configurem vínculo empregatício, demonstram uma valorização do capital humano, favorecendo um ambiente de trabalho mais produtivo e **estimulando a retenção de talentos qualificados**.



Fontes

[BS9](#)

[FDR](#)

[FGV](#)

[FGV EAESP](#)

[GOV](#)

[GUTEMEBRG AMORIM](#)

[IBGE](#)

[IBRAGE](#)

[IPEA](#)

[JORNAL JURÍDICO](#)

[JUSBRASIL](#)

[JT LAWERS](#)

[LEXML](#)

[METADADOS](#)

[MEU TUDO](#)

[MIGALHAS](#)

[PAUTA BRASIL](#)

[SEBRAE](#)

[UNIFESP](#)

[UFSM](#)

[VLV ADVOGADOS](#)

Dados de Mercado

Ficha Técnica

Este material é uma produção do Sebrae
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – 2024 ©

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente: Vitor Roberto Tioqueta

Diretor Técnico: César Reinaldo Rissete

Diretor de Administração e Finanças: José Gava Neto

Unidade de Gestão Estratégica

Gerência: Agnaldo Gerson Castanharo

Equipe Técnica do Núcleo de Inteligência e Conhecimento

Elmo Silveira de Souza

Fernanda Robes

Maria Alice Ferreira Nunes

Tais Mara Hortela

Walter Muller Garcia Xavier

Dúvidas, sugestões e melhorias deverão ser encaminhadas ao
e-mailpr-nic@pr.sebrae.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada deste material, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610).

Informações e Contatos

Sebrae/Paraná

Rua Caeté, 150 – Prado Velho

CEP 80220-300 – Curitiba – PR

www.sebraepr.com.br





 0800 570 0800

 www.sebraepr.com.br

Sebrae/PR

